



Proc: _____ Fls: _____

Ass: _____

Setor de Licitações

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 90040/2026

CONTRATANTE (UASG: 985821)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, classificados como bens comuns, destinados ao atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, visando assegurar condições adequadas de higienização, salubridade e conservação dos ambientes educacionais e administrativos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 250.409,75 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e nove reais e setenta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/06/2026 às 13h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	11
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
12. DOS RECURSOS	18
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

Processo Administrativo nº.1061/2026

UASG: 985821

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Educação, por meio do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Cantagalo, sediado na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, 300 - Sala 101, Centro, Cantagalo - RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos nº 3.982/2023 e Decreto nº 4.131/2024, Portaria Municipal nº 9.980/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, classificados como bens comuns, destinados ao atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, visando assegurar condições adequadas de higienização, salubridade e conservação dos ambientes educacionais e administrativos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O detalhamento dos quantitativos e demais itens que compõem o objeto se encontram descritos no Termo de referência.

1.3.1. Os licitantes deverão atentar-se somente às descrições contidas no Termo de Referência, Anexo I do edital, para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT's nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.12 Pessoas físicas;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um) centavo.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. Para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2 empresas brasileiras;

7.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

Habilitação Jurídica

9.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

9.1.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.1.8 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.11 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual / Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.12 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual / Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.13 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal / Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.14 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.15 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.1.16 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.1.17 comprovação de aptidão para o fornecimento de cestas básicas ou gêneros alimentícios, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.1.17.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.1.17.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.1.18 Para os itens: 01, 08, 11, 12, 25, 35, 38 (produtos saneantes); 02, 10, 14, 24,36, 40, 41 (higiene pessoal / cosméticos); 09, 28, 45 e 51(Produtos para Saúde / Correlatos):

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

9.1.18.1. Em se tratando de fabricantes, importadores, distribuidores ou armazenadores será exigida a apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA;

9.1.18.2. Em se tratando de comércio varejista será exigido apenas o alvará / licença sanitária vigente.

9.1.19 Para os demais itens, não sujeitos à regulação sanitária, será dispensadas a exigência de da AFE e ou o alvará / licença sanitária.

Declarações

9.1.20 Declaração Conjunta;

9.1.21 Declaração de ME – EPP;

9.1.22 Termo de Ciência e Concordância.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documentos digitais.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

9.9.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.11.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.11.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Cantagalo-RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@cantagalo.rj.gov.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cantaga.rj.gov.br.

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1 Anexo I - Termo de Referência;

15.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

15.12.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

15.12.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

15.12.4 Anexo IV – Modelo de Proposta;

15.12.5 Anexo V – Declaração Conjunta;

15.12.6 Anexo VI – Declaração de ME – EPP

15.12.7 Anexo VII – Regras Aplicáveis ao Instrumento substitutivo do Contrato

15.12.8 Anexo VIII – Termo de Ciência e Concordância.

Cantagalo-RJ, 10 de abril de 2026.

Carlos Alexandre Marques da Silva

Matrícula.: 1841-4

Portaria 9.984/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, classificados como bens comuns, destinados ao atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, visando assegurar condições adequadas de higienização, salubridade e conservação dos ambientes educacionais e administrativos.

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, com formalização de Ata de Registro de Preços.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01(um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	U/M	QUANT	UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
01	221996	Água sanitária com ação alvejante, desinfetante e bactericida 01 litro – composição: hipoclorito de sódio, teor de cloro de 2,0% a 2,5% p/p – produto a base de cloro ph: 11,5 a 13,0 (a 25%). Densidade: 1,030 a 1.045 g/ml (solução com 2,5% cloro livre a 25%.própria para desinfecção de hortifrutícolas (frutas, legumes e verduras)	l	150	R\$ 3,00	R\$ 450,00
02	299605	Alcool etílico líquido hidratado 70% inpm (77% v/v) - com ação antisséptica etílico, com eliminação de 99,9% das bactérias, com frasco de 1 litro.	l	1.000	R\$ 12,66	R\$ 12.660,00
03	229394	Balde, material plástico resistente, capacidade 20 litros, características adicionais com alça reforçada.	unid	100	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
04	463850	Bobina plástica picotada: saco plástico, transparente, liso, alta densidade. Atóxico e inodoro. Dimensão aproximada de 30 x 40cm apresentação em bobina tubular com aproximadamente 700 unidades cada bobina.	unid	20	R\$ 28,90	R\$ 578,00
05	374256	Borrifador de plástico 500ml - possuindo gatilho ergonômico, bico com jato regulável (névoa ou direto) e capacidade para 500ml, sendo confeccionado em material plástico resistente, transparente ou colorido, com aproximadamente 23 a 26cm de altura.	unid	70	R\$ 4,20	R\$ 294,00
06	150310	Bota de pvc cano longo, impermeável, de uso profissional, com interior forrado, produto leve, resistente de solado antiderrapante, na cor branca, numeração de 36 a 43.	par	70	R\$ 69,00	R\$ 4.830,00
07	229838	Cesto de lixo 15 litros em polipropileno, na cor preta	unid	50	R\$ 25,45	R\$ 1.272,50
08	226699	Cloro embalagem 5 litros (hipoclorito de	unid	600	R\$ 11,82	R\$ 7.092,00

		sodio a 5%)				
09	269941	Compressa de gaze 100 algodao 7.5x7.5 - 9 fios 8 camadas c/ 5 dobras pacote c/ 500 unidades	pct	10	R\$ 31,98	R\$ 319,80
10	405172	Creme dental com fluor, embalagem com 90g. Com 1.100 ppm	unid	250	R\$ 7,08	R\$ 1.770,00
11	226700	Desinfetante – ação bactericida, germicida e higienizadora para uso geral - embalagem de 5 litros, ideal para diluição e uso prolongado.	unid	600	R\$ 8,50	R\$ 5.100,00
12	226705	Detergente – concentrado para limpeza geral - embalagem 5 litros.	unid	600	R\$ 15,99	R\$ 9.594,00
13	391633	Dispenser papel toalha, material plástico, tipo interfolha, cor branca: características adicionais: viso e chave. Dimensões 28,5 x 25,5 x 14 cm	unid	50	R\$ 36,54	R\$ 1.827,00
14	405184	Escova dental infantil reta cerdas macias, aparadas uniformemente e arredondadas na mesma altura, medindo aproximadamente 15 cm, anatômico, embalada individualmente em saquinho plasticolacrado.	unid	1.500	R\$ 9,00	R\$ 13.500,00
15	229996	Esponja de aço inox para limpeza; material: lâ de aço, feita de filamento de aço inox, formato anatômico abradabilidade mínima, aplicação em superfícies difíceis de remoção de sujeiras, limpeza pesada de uso geral.	unid	200	R\$ 2,79	R\$ 558,00
16	229995	Esponja dupla face multi-uso, medidas mínimas de 100x71x20mm, bicolor: lado com fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado de esponja macia para limpeza mais delicada.	unid	1.000	R\$ 1,60	R\$ 1.600,00
17	229993	Flanela de limpeza, algodao medindo 60 cm x 40 cm com bainha.	unid	400	R\$ 2,20	R\$ 880,00
18	150511	Fralda descartável infantil G pct c/ 34 unidades, entre 9 e 12,5 kg. Composição:celulose ,polímero superabsorvente ,não tecido de polipropileno - pp,filme de polietileno-pe, adesivo termoplástica, fita para fechamento reposicionável e fios de elastômero, com sistema de barreira anti-vazamento, camada interna macia e hipoalergênica. Com certificação da anvisa.	unid	150	R\$ 33,00	R\$ 4.950,00
19	150512	Fralda descartável infantil GG pct c/ 72 unidades, entre 12,5 a 13 kg. Composição:celulose ,polímero superabsorvente ,não tecido de polipropileno -pp,filme 7 polietileno-pe, de adesivo termoplástico ,fita para fechamento reposicionável e fios de elastômero, com sistema de barreira anti-vazamento, camada interna macia e hipoalergênica. Com certificação da anvisa	unid	200	R\$ 41,28	R\$ 8.256,00

20	150510	Fralda descartável infantil M pct c/ 28 unidades, entre 5 a 9 kg. Composição: celulose ,polímero superabsorvente ,não tecido de polipropileno -pp, filme de polietileno-pe, adesivo termoplástico ,fita para fechamento reposicionável e fios de elastômero, com sistema de barreira anti-vazamento, camada interna macia e hipoalergênica. Com certificação da anvisa	unid	150	R\$ 17,00	R\$ 2.550,00
21	150513	Fralda descartável infantil XXG pct c/ 72 unidades, entre 12kg a 15 kg ou mais. Composição: celulose ,polímero superabsorvente ,não tecido de polipropileno -pp, filme 7 polietileno-pe, de adesivo termoplástico ,fita para fechamento reposicionável e fios de elastômero, com sistema de barreira anti-vazamento, camada interna macia e hipoalergênica. Com certificação da anvisa	unid	200	R\$ 42,00	R\$ 8.400,00
22	389671	Frasco para sabonete líquido com 500 ml e válvula pump. Material do frasco: pet (material atóxico, reciclável e resistente). Material da válvula: polipropileno (pp).	unid	35	R\$ 6,89	R\$ 241,15
23	233668	Guardanapo branco 33 x 30 cm, 100% celulose, grande capacidade absorção, pacote com 50 unidades	pct	100	R\$ 4,43	R\$ 443,00
24	233668	Lenço umidecido sache com 400 unidades, material não tecido, dimensão cerca de 15 x 20cm, componentes com emoliente, insento de álcool, características adicional hipoalergênico, tipo uso descartável, uso infantil.	pct	100	R\$ 21,15	R\$ 2.115,00
25	226707	Limpador multiuso 500 ml, para a limpeza diária, ideal para desengordurar, desinfetar e limpar diversas superfícies,	unid	500	R\$ 3,50	R\$ 1.750,00
26	391837	Lixeira com pedal. Fabricada em polietileno de alta densidade (pead) ou polipropileno (pp), com 100 litros de capacidade, na cor branca.	unid	50	R\$ 135,84	R\$ 6.792,00
27	150141	Luva borracha látex grossa cano longo, antiderrapante para limpeza pesada. Tamanho: m/g/gg	par	150	R\$ 27,90	R\$ 4.185,00
28	269893	Luva látex procedimento cirúrgico descartável com 100 unidades a caixa. tamanho: p/m/g/gg.	cx	20	R\$ 23,00	R\$ 460,00
29	150662	Luva térmica para alta temperatura, com c.a. válido, confeccionada em material com resistência térmica como aramida (meta.aramida/para-aramida) grafares ou kevlar. Baixa condutividade térmica e propriedades antiestáticas, impermeável a água, óleo e vapor. Modelo com 5 dedos e comprimento mínimo de 50 cm.	par	40	R\$ 35,33	R\$ 1.413,20

30	150418	Mop giratório limpeza pesada com balde cabo de no mínimo 1,60 mt, com giro 180°; esfregão limpador de microfibra com no mínimo 2 refis; balde de no mínimo 16 litros, com rodas e cesto removível de centrifugação em aço inox com giro 360°.	unid	20	R\$ 130,00	R\$ 2.600,00
31	229991	Pa de lixo em chapa galvanizada. Medindo no mínimo 21 x 21 cm, cabo de madeira medindo no mínimo 80 cm	unid	50	R\$ 26,46	R\$ 1.323,00
32	463904	Pano multiulso, limpeza lavável e reutilizável, constituído de 95% fibra de viscose e 5% fibra de poliéster, rolo contendo folhas de 30 cm x 200m com picotes em embalagem com aproximadamente 100 uniddaes, gramatura 60 gr/m²	rl	50	R\$ 11,60	R\$ 580,00
33	233671	Papel higienico fardos c/ 64 unidades branco, folha dupla, picotado, neutro e delicado, rolo com 30 metros.	frd	800	R\$ 55,70	R\$ 44.560,00
34	233672	Papel toalha, interfolhado, 02 dobras, cor branca, sem odor, textura com relevo sensível ao tato(gofrado), largura mínima 21cm e comprimento mínimo 23cm e máximo 27cm. Kit com 1.000 unidades.	kit	100	R\$ 10,50	R\$ 1.050,00
35	226708	Pinho gel - fórmula concentrada para uso geral, embalagem: galão com 5lt.	unid	400	R\$ 17,90	R\$ 7.160,00
36	405199	Pomada para assadura uso infantil, composição, palmitado de reitol 5.000ui/g, colecalciferol 900ui/g, e óxido de zinco 150mg/g, excipiente 1,0g, acondicionado em tubos com no mínimo 45 gramas.	unid	80	R\$ 10,07	R\$ 805,60
37	229990	Rodo piso cabo de madeira com lâmina de borracha, base da lâmina de borracha, 60 milímetros.	unid	50	R\$ 18,93	R\$ 946,50
38	226710	Sabao em barra com glicerina. Barra com 200 gr.	unid	1.000	R\$ 3,00	R\$ 3.000,00
39	226711	Sabao em pó- embalagem com 1kg.	cx	700	R\$ 12,49	R\$ 8.743,00
40	405176	Sabonete em barra para higiene pessoal, de excelente qualidade, tipo suave, peso líquido de 90g. Embalado individualmente em papel resistente com protetor interno, apresentando aroma agradável (tipo erva doce, neutro ou lavanda). Deve ser registrado no ministério da saúde/anvisa.	unid	700	R\$ 14,70	R\$ 10.290,00
41	405177	Sabonete liquido embalagem 5 litros - sem cheiro ou aroma, ph neutro. Aspecto fisico viscoso, antisseptico, para higienização e hidratação das mãos.a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto, marca, químico responsável, indicação e precaução do uso, número do lote, composição, data da fabricação e prazo de validade, registro nos órgãos	unid	240	R\$ 3,20	R\$ 768,00

		obrigatórios e competentes.				
42	389674	Saboneteira , material suporte plástico, reservatório plástico, capacidade 500 ml, tipo fixação na parede para uso de sabão líquido.	unid	50	R\$ 25,22	R\$ 1.261,00
43	229994	Saco de chao alvejado – composto por algodão medida aproximada 30 x 55 cm cor branco.	unid	200	R\$ 4,14	R\$ 828,00
44	463886	Saco de lixo 15 l para lixo; capacidade nominal 15 litros; para resíduo do grupo, conforme norma técnica da slu, abnt e legislação vigente - dimensões 39 cm x 58 cm.	unid	6.000	R\$ 0,28	R\$ 1.680,00
45	318925	Saco estéril para coleta de amostras de alimentos, com tarja de identificação branca e sistema de fechoamento tipo “ziplock) conforme exigência da anvisa, na lei complementar rdc 216, com gramatura: 0,06 mm, em plástico estéril, medidas mínimas 12cm x 25 cm.	unid	20.000	R\$ 1,38	R\$ 27.600,00
46	463888	Saco reforçado para lixo cor preta, polietileno, capacidade: 100 litros	unid	6.000	R\$ 0,46	R\$ 2.760,00
47	463889	Saco reforçado para lixo cor preta, polietileno, capacidade: 200 litros	unid	6.000	R\$ 2,37	R\$ 14.220,00
48	463890	Sacola plastica - modelo camiseta, tamanho 40 x 50, fabricada em polietileno de alta densidade (pead), na cor preta.	unid	1.000	R\$ 0,69	R\$ 690,00
49	229992	Toalha de prato com bainha, medindo 50 cm x 30 cm. Características adicionais: material 100 % algodão, na cor branca	unid	300	R\$ 3,18	R\$ 954,00
50	233673	Toalha de rosto, branca, medida minima 47x70cm 100% algodao.	unid	200	R\$ 10,30	R\$ 2.060,00
51	269895	Touca descartável tnt, c/ elástico duplo sanfonada cor branca, pct c/ 100 unidades. Produto 100% polietileno, elastico duplo no acabamento; sanfonada descartável para uso único; oferece segurança e proteção contra a queda de cabelos e contaminação cruzada.pacote c/ 100 unid. Reg. Anvisa. Validade superior a 24 meses no ato da entrega.	pct	100	R\$ 10,70	R\$ 1.070,00
52	229989	Vassoura piacava, com tucho de piacava em base de madeira cabo de madeira, base 34 furos comprimento 235mm largura 75mm piaçava comprimento 170mm cabo de comprimento 1,20 metros.	unid	250	R\$ 32,00	R\$ 8.000,00
53	229988	Vassourinha, piacava; aplicacao: limpeza desanitario; formato redondo; cabo de madeira; virola de aço envolvendo a piaçava; argola - diâmetro (mm) 60, piaçava - comprimento (mm):120.	unid	50	R\$ 7,60	R\$ 380,00
TOTAL GERAL						R\$ 250.409,75

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. Os materiais de limpeza e higiene a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, observando critérios de qualidade, eficiência, rendimento, durabilidade, segurança sanitária, compatibilidade com o ambiente escolar e conformidade com as normas legais vigentes, de modo a assegurar a adequada higienização dos espaços educacionais e administrativos da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ.

2.2. Qualidade e desempenho funcional

2.2.1. Os produtos deverão apresentar desempenho comprovado para as finalidades a que se destinam, garantindo:

- elevada capacidade de remoção de sujidades, gorduras, microrganismos e resíduos orgânicos;
- eficiência compatível com ambientes de uso coletivo intensivo, como escolas, creches, sanitários, cozinhas e áreas comuns;
- formulações estáveis, sem separação de fases, odores desagradáveis excessivos ou perda de eficácia durante o prazo de validade;
- rendimento adequado por volume ou unidade, evitando consumo excessivo para obtenção do efeito de limpeza ou desinfecção.

2.2.2. Produtos saneantes, como desinfetantes, detergentes, água sanitária, cloro e limpadores multiuso, deverão possuir concentração compatível com uso institucional, assegurando maior eficiência com menor desperdício.

2.3. Conformidade sanitária e legal

2.3.1. Os itens que estiverem sujeitos à regulamentação sanitária deverão atender as exigências aplicáveis, especialmente:

- possuir registro, notificação ou comprovação de inspeção válida junto à ANVISA, quando exigido pela legislação vigente;
- apresentar, no ato da entrega, rotulagem completa, legível e em língua portuguesa, contendo, no mínimo: composição, modo de uso, precauções, número de lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável ao tipo de produto;
- atender às normas técnicas vigentes relativas à segurança, higiene e controle de qualidade.

2.3.2. A comprovação do atendimento às exigências previstas neste item será verificada no momento da entrega dos produtos, podendo a Administração recusar aqueles que não estiverem em conformidade com a legislação aplicável.

2.4. Segurança de uso em ambiente escolar

2.4.1. Considerando a presença de crianças, adolescentes e servidores públicos, os materiais deverão:

- não conter substâncias proibidas ou de risco elevado à saúde quando utilizados conforme orientação do fabricante;
- apresentar embalagens seguras, resistentes a vazamentos e de fácil manuseio;
- reduzir riscos de intoxicação, irritação dérmica ou respiratória, sempre que tecnicamente possível;
- possuir instruções claras de uso e diluição, quando aplicável.

2.4.2. Itens como luvas, botas, EPIs térmicos e utensílios de limpeza deverão oferecer proteção adequada ao usuário, com resistência compatível com o uso profissional.

2.5. Durabilidade e resistência dos materiais não consumíveis

2.5.1. Equipamentos e utensílios de apoio à limpeza — tais como mop, baldes, rodos, vassouras, lixeiras, dispensers e borrifadores — deverão:

- ser fabricados com materiais resistentes (plástico de alta densidade, aço galvanizado, madeira tratada ou equivalentes);
- suportar uso frequente sem deformações, trincas ou perda funcional;
- apresentar montagem firme, acabamento adequado e componentes compatíveis com uso institucional;
- possuir vida útil compatível com a rotina de limpeza diária das unidades.

2.6. Embalagens e acondicionamento

2.6.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens:

- íntegras, lacradas e sem sinais de violação;
- adequadas ao transporte e armazenamento;
- resistentes a vazamentos e rupturas;
- compatíveis com o volume informado nas especificações.

2.6.2. Sempre que possível, deverão ser priorizadas embalagens de maior rendimento, reduzindo a geração de resíduos e o custo operacional de reposição.

2.7. Prazos de validade

2.7.1. Os produtos de consumo químico e de higiene pessoal deverão apresentar, no momento da entrega:

- validade mínima compatível com o consumo planejado;
- preferencialmente não inferior a 70% do prazo total de validade do fabricante, salvo justificativa aceita pela fiscalização.

2.7.2. Produtos próximos do vencimento não serão aceitos.

2.8. Padronização técnica

2.8.1. Os itens fornecidos deverão respeitar rigorosamente as descrições constantes no Termo de Referência, sendo vedada:

- substituição por produtos de qualidade inferior;
- alteração de volume, composição ou características técnicas sem autorização expressa da Administração;
- fornecimento de marcas que não atendam aos requisitos mínimos de desempenho e segurança.

2.9. Substituição por não conformidade

2.9.1. Todo material que apresentar:

- defeito de fabricação;
- vazamento;
- validade inadequada;
- desempenho insatisfatório;
- divergência de especificação

2.9.2. deverá ser substituído imediatamente pela contratada, sem ônus para a Administração, assegurando a continuidade do abastecimento.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, o qual integra o processo administrativo e analisou, de forma técnica, econômica e operacional, a necessidade de aquisição de materiais de limpeza e higiene para atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à SMEC.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA

4.1 A solução definida consiste na aquisição direta e contínua de materiais de limpeza e higiene para atender à Creche Municipal, unidades escolares e órgãos vinculados à Secretaria de Educação de Cantagalo/RJ. O planejamento da demanda é estruturado com base no consumo histórico ajustado por variáveis operacionais, assegurando aderência à necessidade real, prevenção de desabastecimentos e previsibilidade orçamentária ao longo da vigência contratual.

4.2 A execução prevê fornecimento parcelado por itens, o que permite reposição conforme demanda, redução de estoques excessivos e prevenção de perdas por vencimento. Durante a fase operacional, os produtos garantem a higienização adequada dos ambientes educacionais, enquanto a Administração mantém controle rigoroso de recebimento, estoque e consumo para ajustar o fornecimento e fiscalizar a qualidade dos itens entregues.

4.3 Na etapa final do ciclo de vida, a solução contempla a destinação correta dos resíduos gerados e o incentivo ao uso racional de insumos com menor impacto ambiental. Essa abordagem integrada, que une planejamento técnico, aquisição econômica, monitoramento administrativo e sustentabilidade, resulta em um modelo de contratação estável e operacionalmente seguro, alinhado aos princípios de eficiência da gestão pública municipal.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação de materiais de limpeza e higiene destinada ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais e ambientais capazes de assegurar a adequada execução do objeto, a continuidade do fornecimento, a segurança sanitária e a eficiência no uso dos recursos públicos, conforme diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e na Lei nº 14.133/2021.

5.2 Garantia dos produtos

5.2.1 Os produtos fornecidos deverão possuir:

- conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- compromisso de substituição imediata de itens com defeitos, vazamentos, validade inadequada ou desempenho insatisfatório.

5.3.2. Para os utensílios e equipamentos não consumíveis (balde, mops, rodos, lixeiras, dispensers, borrifadores e similares), a contratada deverá assegurar qualidade e resistência compatíveis com uso institucional, substituindo quaisquer peças que apresentem falhas prematuras de funcionamento.

5.3 Condições de manutenção e assistência

5.3.1 A contratada deverá manter estrutura operacional capaz de:

- atender prontamente às solicitações de reposição;
- substituir produtos em desconformidade;
- prestar esclarecimentos técnicos sobre uso, diluição e conservação dos materiais quando necessário;
- assegurar regularidade logística durante toda a vigência contratual.

5.3.2 Eventuais falhas de fornecimento deverão ser sanadas imediatamente, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades educacionais.

5.4 Requisitos de sustentabilidade

5.4.1 A execução do objeto deverá observar práticas de sustentabilidade socioambiental, incluindo:

- priorização de produtos biodegradáveis ou de menor impacto ambiental, quando disponíveis no mercado
- utilização de embalagens recicláveis ou de maior rendimento;
- incentivo ao uso racional dos insumos;
- estímulo à separação e destinação adequada de resíduos nas unidades;
- observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos, sempre que aplicável.

5.4.2 Essas medidas visam mitigar os impactos ambientais inerentes ao consumo contínuo de materiais de limpeza.

5.5 Indicação de marca ou modelo

5.5.1 Não será exigida indicação de marca ou modelo específico, sendo admitidos produtos equivalentes que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.5.2 A avaliação será pautada em desempenho, qualidade, segurança sanitária e conformidade legal, em observância aos princípios da competitividade e da isonomia.

5.6 Subcontratação

5.6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto, considerando tratar-se de fornecimento direto de bens comuns, cuja execução exige controle de qualidade, padronização técnica e responsabilidade integral da empresa contratada.

5.7 Vistoria prévia

5.7.1 Não será necessária a realização de vistoria técnica prévia, uma vez que o objeto refere-se ao fornecimento de bens comuns; as especificações estão claramente definidas no Termo de Referência; não há peculiaridades físicas ou operacionais que exijam conhecimento prévio do local para formulação de propostas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do fornecimento dos materiais de limpeza e higiene será realizada por meio das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observadas as quantidades estimadas e os preços registrados.

Não haverá obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos registrados, os quais representam mera estimativa de consumo para fins de planejamento, podendo ser ajustados conforme a demanda real das unidades atendidas.

6.1. A seguir descrevem-se, de forma organizada, as diretrizes de execução do objeto:

6.1.1. Início da execução contratual

- O fornecimento dos materiais deverá ser iniciado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a data de entrega da Nota de Empenho à contratada;
- O início da execução ficará condicionado à formalização da ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação, indicando os itens, quantidades e cronograma inicial de entrega.

6.1.2. Regime de execução do objeto

- O regime de execução será parcelado ou por demanda, considerando que o objeto compreende o fornecimento de múltiplos itens com quantidades estimadas, sendo o pagamento vinculado às quantidades efetivamente entregues e aceitas pela fiscalização;
- Tal regime permite maior controle do consumo real, evita desperdícios e assegura compatibilidade entre fornecimento e demanda efetiva das unidades atendidas.

6.1.3. Condições gerais de execução

A execução contratual deverá observar as seguintes condições:

- fornecimento parcelado dos itens ao longo da vigência contratual;
- atendimento às requisições formais da Secretaria Municipal de Educação;
- entrega de produtos em conformidade com as especificações técnicas;
- reposição imediata de itens recusados ou em desconformidade;
- manutenção da regularidade de abastecimento, evitando interrupções nas rotinas de limpeza das unidades.

6.1.4. Rotina e periodicidade de fornecimento

- as entregas ocorrerão de forma periódica ou sob demanda, conforme planejamento da Administração;
- poderão ser adotados cronogramas mensais, bimestrais ou conforme consumo real das unidades;
- cada solicitação de fornecimento especificará:
- itens requisitados;
- quantidades;
- prazo para entrega;
- local de recebimento.

6.1.5. Métodos de controle e recebimento

- Os materiais entregues serão conferidos pela fiscalização do contrato quanto a: quantidade; integridade das embalagens; validade; conformidade técnica; o recebimento será formalizado por meio de termo de recebimento provisório e definitivo, conforme procedimentos internos; os materiais em desacordo serão imediatamente recusados.

6.1.6. Local e horário de execução (entrega dos materiais)

- As entregas deverão ocorrer: Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ Rua Leontino Felipe Richa, nº 154 – Centro – Cantagalo/RJ; Horário: de segunda a sexta feira, das 08:00 às 16:00 horas, em dias úteis, salvo autorização expressa da Administração para horários distintos.

6.1.7. Responsabilidades operacionais da contratada

6.1.7.1 Compete à contratada:

- providenciar transporte adequado dos materiais;
- assegurar pontualidade nas entregas;
- garantir integridade e qualidade dos produtos;
- manter estoque mínimo para atendimento regular;
- responder prontamente às solicitações da Administração.

6.1.8. Resultado esperado da execução

6.1.8.1 A correta execução do contrato deverá resultar em:

- abastecimento contínuo das unidades escolares
- ambientes higienizados e salubres
- redução de riscos sanitários
- melhor aproveitamento dos recursos públicos
- continuidade das atividades educacionais sem interrupções

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes de fornecimento de materiais de limpeza e higiene será estruturada de forma a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, a continuidade do abastecimento das unidades educacionais e administrativas da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, bem como a correta aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e controle previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.1 A execução contratual será acompanhada mediante os seguintes mecanismos de gestão:

7.1.1 Designação de preposto pela contratada

- a contratada deverá indicar formalmente um preposto, responsável por representá-la junto à Administração durante toda a vigência do contrato;
- o preposto atuará como interlocutor direto para:
- recebimento de solicitações de fornecimento;
- solução de eventuais ocorrências;
- coordenação de entregas;
- atendimento às demandas da fiscalização;
- o preposto deverá possuir autonomia para adotar providências imediatas visando à regularização de falhas na execução do objeto.

7.1.2 Fiscalização da execução contratual

- o contrato será acompanhado por fiscal(is) designado(s) formalmente pela Administração, com atribuição de: verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas; conferir quantidades, prazos e condições de entrega;
- registrar ocorrências e não conformidades; atestar o recebimento provisório e definitivo dos itens fornecidos; comunicar irregularidades à gestão da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes para adoção de providências cabíveis.

7.1.2.1 A fiscalização terá caráter contínuo e preventivo, visando assegurar a qualidade do fornecimento e evitar interrupções nas rotinas das unidades atendidas.

7.1.3 Gestão administrativa do contrato

- Será designado gestor do contrato, responsável pelas decisões administrativas relacionadas à contratação, competindo-lhe, entre outras atribuições: coordenar a execução contratual; autorizar solicitações de fornecimento; deliberar sobre ajustes

operacionais; encaminhar processos de pagamento; propor aplicação de sanções quando cabíveis; promover eventuais alterações contratuais devidamente justificadas.

7.1.3.1 O gestor atuará de forma integrada com o(s) fiscal(is), assegurando eficiência na execução do contrato.

7.1.4 Verificação das condições de habilitação

- Durante toda a vigência contratual, será realizada verificação periódica da manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente quanto à: regularidade fiscal e trabalhista; situação cadastral junto aos órgãos competentes; inexistência de impedimentos legais para contratar com o Poder Público.

7.1.4.1 A eventual perda de condições de habilitação poderá ensejar as medidas administrativas cabíveis, conforme legislação vigente.

7.1.5 Registros e controle da execução

- Todas as ocorrências relevantes da execução contratual deverão ser formalmente registradas, incluindo: atrasos; substituições de produtos; recusas de fornecimento; ajustes de cronograma; orientações da fiscalização.
- Esses registros subsidiarão a avaliação de desempenho da contratada, a instrução de pagamentos e, quando necessário, a aplicação de sanções.

7.1.6 Comunicação e fluxo de decisões

- A comunicação entre Administração e contratada ocorrerá preferencialmente por meios formais (ofícios, e-mails institucionais, ordens de fornecimento);
- Demandas urgentes poderão ser tratadas diretamente com o preposto, com posterior formalização;
- As decisões administrativas caberão ao gestor do contrato, com suporte técnico da fiscalização.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição da execução contratual e o pagamento pelos materiais de limpeza e higiene fornecidos observarão procedimentos formais de controle, conferência e aceitação, garantindo a regularidade do fornecimento, a conformidade técnica dos itens e a correta aplicação dos recursos públicos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1. Os critérios adotados serão os seguintes:

8.1.1. Medição do fornecimento

- A medição será realizada com base nas quantidades efetivamente entregues e aceitas pela fiscalização do contrato;
- Cada fornecimento será conferido quanto a:
 - itens entregues;
 - quantidades;
 - conformidade com as especificações técnicas;
 - integridade das embalagens;
 - prazos de validade, quando aplicável;
- Apenas os materiais que atenderem integralmente às exigências do Termo de Referência serão considerados para fins de pagamento.

8.2.1. Recebimento provisório

- Os materiais fornecidos serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, mediante termo detalhado de recebimento provisório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;
- No recebimento provisório será avaliada a conformidade inicial dos produtos, sem prejuízo de verificações posteriores de qualidade e desempenho.

8.2.2.Recebimento definitivo

- Após o recebimento provisório, os materiais serão submetidos à verificação de qualidade e quantidade, sendo o recebimento definitivo realizado no prazo de 05 (cinco) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente;
- O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado de recebimento definitivo, formalizando a aceitação dos itens fornecidos.

8.2.3.Emissão de Nota Fiscal ou Fatura

- Após o recebimento definitivo, a contratada deverá emitir Nota Fiscal ou Fatura, contendo:
 - discriminação dos itens fornecidos;
 - quantidades efetivamente entregues;
 - valores unitários contratados;
 - valor total apurado, conforme dimensionamento da fiscalização;
- A Nota Fiscal deverá corresponder exatamente ao fornecimento aceito pela Administração.

8.2.4.Responsabilidade da contratada

- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade e segurança dos produtos fornecidos;
- Tampouco afasta a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, inclusive quanto a vícios ocultos ou falhas posteriores identificadas.

8.2.5.Prazo para pagamento

- Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado pela fiscalização, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de pagamento, observada a regularidade fiscal da contratada.

8.2.6.Forma de pagamento

- O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em:
 - banco;
 - agência;
 - conta corrente;
 - indicados formalmente pela contratada.

8.3. Resultado esperado do procedimento de medição e pagamento

8.3.1.Com esses critérios busca-se:

- garantir que apenas materiais conformes sejam pagos
- assegurar transparência na execução financeira
- fortalecer o controle administrativo
- prevenir falhas de fornecimento
- resguardar o interesse público

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor para a contratação de materiais de limpeza e higiene observará os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo competitividade, isonomia, transparência e escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme os seguintes critérios:

9.1. Modalidade e forma do procedimento

- 9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, em razão de tratar-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência;
- 9.1.2. O certame será realizado sob a forma eletrônica, por meio de sistema oficial de compras públicas, assegurando ampla participação de fornecedores;
- 9.1.3. Será adotado como critério de julgamento o menor preço por item, considerando o parcelamento material do objeto e a busca pela maior economicidade.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

- **Habilitação jurídica**
 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
 - documentos de eleição dos administradores, quando aplicável;
 - inscrição no registro público de empresas mercantis ou no registro civil de pessoas jurídicas, conforme o caso.
- **Regularidade fiscal e trabalhista**
 - prova de inscrição no CNPJ;
 - regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
 - regularidade junto ao FGTS;
 - certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- **Qualificação técnica**
 - comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis com o objeto da contratação, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
 - para os itens: 01, 08, 11, 12, 25, 35, 38 (produtos saneantes); 02, 10, 14, 24, 36, 40, 41 (higiene pessoal/cosméticos); 09, 28, 45 e 51 (produtos para saúde/correlatos):
 - a) Em se tratando de fabricantes, importados, distribuidores ou armazenadores será exigida a apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA.
 - b) Em se tratando de comércio varejista será exigida apenas o alvará / licença sanitária vigente.
- Para os demais itens, não sujeitos à regulação sanitária, será dispensada a AFE e ou o alvará / licença sanitária vigente.
- **Qualificação Econômica-Financeira**
 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços estruturada, utilizando como principal referência contratações públicas recentes extraídas de bases oficiais, em especial plataforma de consolidação de preços públicos (Banco de Preços),

PNCP, portais de transparência e registros de compras homologadas por órgãos da Administração Pública, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. Valor total estimado é de R\$ 250.409,75 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e nove reais e setenta e cinco centavos).

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada na execução do fornecimento de materiais de limpeza e higiene sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, observados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. As infrações e respectivas penalidades serão aplicadas conforme a natureza, gravidade e consequências do inadimplemento, especialmente nos casos relacionados à qualidade dos produtos, prazos de entrega, regularidade do fornecimento e atendimento às especificações técnicas deste Termo de Referência.

11.3. Infrações administrativas

11.3.1. Constituem, entre outras, infrações administrativas passíveis de sanção:

- atraso injustificado no fornecimento dos materiais requisitados;
- fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas;
- entrega de itens com validade inadequada, defeitos ou embalagens violadas;
- recusa injustificada em substituir materiais não conformes;
- interrupção indevida do abastecimento das unidades;
- inexecução parcial do objeto;
- inexecução total do contrato;
- apresentação de documentação falsa;
- manutenção irregular das condições de habilitação;
- prática de atos que prejudiquem a fiscalização ou a gestão da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

11.4. Sanções aplicáveis

11.4.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

11.4.1.1. Advertência

- Aplicável nas hipóteses de infrações leves, especialmente quando não houver prejuízo relevante à Administração, tais como:
 - pequenos atrasos pontuais;
 - falhas formais sanáveis;
 - irregularidades que não comprometam a continuidade do fornecimento.

11.4.1.2. Multa

- A multa poderá ser aplicada nos casos de:
 - atraso na entrega;
 - descumprimento de especificações;
 - inexecução parcial do contrato;
- observados os percentuais e critérios definidos no instrumento contratual, podendo incidir sobre:
 - o valor da parcela inadimplida; ou
 - o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração.

11.4.1.3. Impedimento de licitar e contratar

- Será aplicada quando a contratada:
 - deixar de entregar documentação exigida;
 - não mantiver proposta;
 - fraudar a execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo;
 - cometer falhas graves que comprometam o objeto.
- O impedimento poderá alcançar o prazo de até 03 (três) anos, no âmbito da Administração Pública do ente contratante.

11.4.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

- Será aplicada nos casos de:
 - fraude grave;
 - dolo na execução contratual;
 - prática de atos ilícitos com prejuízo significativo à Administração;
 - condutas reiteradas de descumprimento contratual.
- A sanção terá efeitos perante todos os entes da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Cantagalo, 18 de março de 2026.

Fabianna Molin Pacheco
Secretária Municipal de Educação
Mat: 5186

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, destinados à manutenção das condições sanitárias das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, abrangendo produtos de higienização de ambientes, utensílios correlatos e itens essenciais à rotina escolar.

Unidade destinatária: Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ

Previsão da contratação no PCA: O objeto a ser estudado encontra-se alinhado com PCA

Responsável pela elaboração (Servidor ou equipe de planejamento): Rosy Paula Coelho do Couto – Mat. 205081-1

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade suprir a necessidade contínua de aquisição de materiais de limpeza e higiene, indispensáveis para garantir as condições adequadas de higienização, conservação e salubridade dos ambientes sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, incluindo Creche, Unidades Escolares da Rede Municipal, CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados às políticas públicas educacionais.

A necessidade decorre do fato de que tais unidades realizam atendimento diário e permanente à comunidade, com grande fluxo de estudantes, profissionais da educação, usuários e visitantes, exigindo a manutenção sistemática da limpeza e desinfecção de áreas comuns, salas de aula, banheiros, cozinhas, refeitórios, pátios e demais dependências. Nesse contexto, a ausência ou insuficiência de materiais adequados compromete diretamente a qualidade do serviço público prestado, podendo ocasionar prejuízos à saúde coletiva, aumento do risco de disseminação de doenças e impacto negativo nas rotinas escolares e administrativas.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação busca assegurar condições mínimas essenciais ao funcionamento regular das unidades, promovendo um ambiente seguro, higiênico e apropriado ao desenvolvimento das atividades educacionais, em consonância com os deveres constitucionais da Administração Pública de ofertar educação com qualidade, bem como garantir proteção e bem-estar a estudantes, servidores e demais usuários dos equipamentos públicos.

2. LEVANTAMENTO DE MERCADO

2.1. Alternativas disponíveis

2.1.1. Alternativa 1 - Aquisição direta de materiais de limpeza (fornecimento de itens)

Descrição: contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de limpeza e higiene, com entregas conforme cronograma/necessidade.

2.1.1.1. Vantagens

- Maior controle administrativo do consumo e do estoque, com rastreabilidade do recebimento e distribuição.
- Permite padronização de marcas e especificações, garantindo qualidade mínima e eficiência dos produtos.
- Favorece economicidade, pois itens podem ser licitados com ampla competitividade.
- Facilita a comprovação de vantajosidade, com pesquisa de preços e comparabilidade objetiva.
- Melhor aderência à realidade da SMEC, pois a execução (limpeza) permanece sob gestão das unidades.

2.1.1.2. Desvantagens

- Exige gestão eficiente de almoxarifado, controle de distribuição e acompanhamento do consumo.
- Risco de quebra de estoque por falhas de planejamento (ex.: aumento inesperado de demanda).
- Necessita de logística interna (transporte e entrega para múltiplas unidades).

2.1.2. Alternativa 2 - Contratação de empresa terceirizada de limpeza com fornecimento de insumos

Descrição: serviço continuado envolvendo mão de obra + materiais/equipamentos.

2.1.2.1. Vantagens

- Reduz a carga administrativa da SMEC na gestão de estoque e no fornecimento de itens.

- A contratada assume a reposição de insumos e a operacionalização da limpeza.
- Possibilita metas e padrões de desempenho, em tese, mensuráveis por fiscalização.

2.1.2.2. Desvantagens

- Custo global significativamente mais elevado, pois inclui mão de obra e encargos trabalhistas.
- Maior complexidade contratual: risco de inadimplemento trabalhista, necessidade de fiscalização intensiva.
- Pode não ser compatível com a estrutura atual do Município, pois envolve mudança de modelo.
- Risco de a contratada oferecer insumos de menor qualidade para reduzir custos.
- Elevado risco operacional em ambiente escolar (rotina diária, áreas sensíveis como cozinha e banheiros)
-

2.1.3. Alternativa 3 - Utilização de Ata de Registro de Preços (ARP) vigente (adesão/carona)

Descrição: aquisição de itens usando ARP existente (municipal, estadual ou federal), como órgão não participante, quando cabível.

2.1.3.1. Vantagens

- Rapidez e eficiência na contratação, reduzindo tempo de tramitação.
- Possível vantagem econômica, por aproveitar ganho de escala do órgão gerenciador.
- Menor esforço na fase externa do processo (sem necessidade de licitação própria, quando autorizado).

2.1.3.2. Desvantagens

- Dependência de fatores externos: disponibilidade do fornecedor, saldo, concordância do órgão gerenciador.
- Nem sempre há aderência total: especificações podem ser diferentes das necessidades locais.
- Risco de limitação logística (fornecedor não atende múltiplos pontos ou não possui capacidade regional).
- Pode limitar a participação de fornecedores locais, reduzindo desenvolvimento regional, se aplicável.

2.1.4. Alternativa 4 - Compras descentralizadas por unidade (por demanda direta de cada escola/creche)

Descrição: cada unidade solicita/realiza aquisições individualizadas conforme consumo.

2.1.4.1. Vantagens

- Maior flexibilidade para atender demandas pontuais.
- Possibilidade de compras rápidas e alinhadas ao consumo real da unidade.
- Pode facilitar o atendimento imediato em situações de urgência.

2.1.4.2. Desvantagens

- Risco elevado de fragmentação indevida de despesa, com impacto direto na conformidade legal.
- Perda de economia de escala (preços tendem a ser maiores).
- Dificulta padronização de itens e qualidade.
- Aumenta muito a carga administrativa e o risco de falhas procedimentais.
- Controle e fiscalização do gasto tornam-se mais complexos e pulverizados.

2.1.5. Alternativa 5 - Fornecimento por “kits” padronizados por unidade

Descrição: contratação de fornecimento com composição de kits por tipologia de unidade (creche, escola pequena/grande, setor administrativo), entregues periodicamente.

2.1.5.1. Vantagens

- Simplifica o planejamento e o controle: entrega por kit facilita conferência e distribuição.
- Padroniza o atendimento mínimo por unidade.
- Melhora previsibilidade do consumo e reduz risco de falta de itens críticos.
- Facilita elaboração de estimativa e memória de cálculo.

2.1.5.2. Desvantagens

- Pode gerar sobra ou insuficiência, se a padronização não refletir diferenças reais de consumo.
- Menor flexibilidade para ajustes específicos de determinadas unidades.
- Exige estudo prévio bem feito (perfil de unidades, número de alunos, turnos, áreas etc.).

2.1.6. Alternativa 6 - Compra em comércio varejista local (pronta entrega)

Descrição: aquisição emergencial com pronta entrega, normalmente com foco em reabastecimento rápido.

2.1.6.1. Vantagens

- Agilidade para situações de desabastecimento pontual.
- Entrega imediata e solução rápida de problemas críticos.
- Pode favorecer o comércio local em hipóteses aplicáveis.

2.1.6.2. Desvantagens

- Menor competitividade e preços mais elevados, em regra.
- Dificuldade de padronização e de comprovação robusta de vantajosidade.
- Não é adequada como solução permanente (apenas complementar/contingencial).
- Risco de descontinuidade por disponibilidade limitada do varejo.

2.2. Justificativa da alternativa escolhida

- 2.2.1. Após a avaliação das alternativas disponíveis no mercado para atendimento da necessidade identificada, conclui-se que a Alternativa 1 — Aquisição direta de materiais de limpeza, por meio de fornecimento de itens, apresenta-se como a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e de interesse público para a Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ.
- 2.2.2. Tal alternativa revela-se mais eficiente por se tratar de uma demanda contínua, previsível e recorrente, compatível com o modelo de fornecimento direto, permitindo planejamento adequado do consumo ao longo do exercício, redução de riscos de desabastecimento e maior controle da Administração sobre a distribuição dos insumos à Creche, Unidades Escolares, CEDERJ e Conselhos Municipais.
- 2.2.3. Do ponto de vista da economicidade, a aquisição direta possibilita ampla competitividade entre fornecedores, com formação de preços mais vantajosos, além de facilitar a comparação objetiva de propostas, conforme os parâmetros de pesquisa de preços exigidos pela Lei nº 14.133/2021. Ademais, elimina custos indiretos associados à terceirização de serviços, tais como encargos trabalhistas e margens operacionais elevadas, concentrando o gasto exclusivamente nos insumos necessários.
- 2.2.4. Sob o aspecto da gestão e do controle administrativo, o fornecimento direto assegura maior rastreabilidade do consumo, padronização de produtos e garantia de qualidade mínima, além de permitir a organização do estoque de forma planejada, conforme o perfil de cada unidade atendida. Isso favorece a fiscalização do fornecimento, a verificação do cumprimento das especificações técnicas e a adequada prestação de contas dos recursos públicos.
- 2.2.5. Também se mostra mais adequada à realidade operacional da Rede Municipal de Ensino, uma vez que as atividades de limpeza já são executadas pelas equipes existentes nas unidades, sendo necessária apenas a reposição regular dos materiais utilizados. Dessa forma, evita-se a complexidade e os riscos inerentes à terceirização integral do serviço, mantendo-se o modelo de gestão atualmente consolidado.
- 2.2.6. Por fim, a alternativa escolhida alinha-se aos princípios da eficiência, planejamento, proporcionalidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, ao oferecer solução estável, de fácil controle e adequada ao perfil da demanda, assegurando ambientes escolares e administrativos permanentemente higienizados, seguros e compatíveis com as exigências sanitárias.
- 2.2.7. Diante dessas considerações, resta tecnicamente justificada a adoção da aquisição de materiais de limpeza como a solução mais vantajosa e apropriada para o atendimento da necessidade pública identificada neste Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

- 3.1 A solução proposta consiste na aquisição direta de materiais de limpeza e higiene para atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ. O objeto abrange produtos essenciais para a higienização de ambientes educacionais e administrativos, como detergentes, desinfetantes, água sanitária, sabões, limpadores multiuso, álcool, materiais de apoio e

demais insumos correlatos, todos devidamente regularizados e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

3.2 O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de aquisição da totalidade das quantidades estimadas, que servem apenas como projeção para fins de planejamento. As contratações serão formalizadas respeitando os preços registrados e os princípios da economicidade, planejamento e eficiência administrativa, com entregas programadas que possibilitem o controle de estoque e a reposição tempestiva dos insumos, evitando interrupções nas atividades escolares e administrativas.

3.3 Os materiais deverão possuir qualidade comprovada e especificações técnicas que garantam eficiência na limpeza, segurança de uso em ambientes escolares e durabilidade compatível com a rotina intensa de utilização, priorizando produtos que não apresentem riscos à saúde de crianças, adolescentes e trabalhadores da educação. Dessa forma, a proposta atende diretamente à finalidade pública de assegurar ambientes limpos, salubres e adequados ao desenvolvimento das atividades educacionais, garantindo condições sanitárias compatíveis com as exigências legais e com a proteção da saúde da comunidade escolar.

3.1. Metodologia recomendada - Consumo histórico com projeção técnica

3.1.1. Levantamento do consumo anterior

3.1.1.1. Deve-se apurar:

- Quantidades adquiridas nos últimos 12 a 24 meses
- Itens efetivamente consumidos (não apenas comprados)
- Frequência de reposição por unidade

3.1.1.2. Fontes típicas:

- Notas fiscais
- registros de almoxarifado
- requisições internas
- aquisições anteriores

3.1.2. Ajustes conforme a realidade atual

3.1.2.1. Após o histórico, aplicam-se fatores de correção, como:

- Ampliação ou redução de turmas/alunos
- Inclusão de novas unidades atendidas (ex.: CEDERJ, Conselhos)
- Alteração de turnos (integral, noturno, etc.)
- Maior exigência sanitária (ex.: reforço de limpeza)

3.1.2.2. Exemplo técnico:

- histórico médio mensal x número de meses da Ata de Registro de Preços x fator de ajuste de demanda

3.7.3. Consolidação por tipo de unidade

3.7.3.1. Idealmente:

- creche (maior consumo por higiene infantil)
- escolas pequenas, médias e grandes
- unidades administrativas

3.7.3.2. Isso evita superestimativa ou falta de insumos.

3.8. Memória de Cálculo da Quantidade Estimada da Contratação

A estimativa das quantidades dos materiais de limpeza foi elaborada com base no consumo histórico médio das unidades atendidas, considerando registros de fornecimentos anteriores, ajustado por variáveis operacionais atuais da Secretaria Municipal de Educação, tais como ampliação de demanda, número de unidades atendidas, turnos de funcionamento e necessidade contínua de higienização dos ambientes.

3.8.1. Tabela de Especificações e quantidade dos produtos:

Item	Exemplo de Estrutura da Item	Unidade de Medida	Quantidade
01	Água sanitária 1L	L	150
02	Álcool etílico 70% - frasco 1L	L	1.000
03	Balde plástico 20L	UND	100
04	Bobina plástica picotada (30x40cm)	UND	20
05	Borrifador plástico de 500ml	UND	70
06	Bota PVC cano longo (36 a 43)	PAR	70
07	Cesto de lixo 15L	UND	50
08	Cloro 5L (hipoclorito 4%)	UND	600
09	Compressa de gaze (pacote c/500)	PCT	10
10	Creme dental 90g	UND	250
11	Desinfetante 5L	UND	600
12	Detergente limpeza 5L	UND	600
13	Dispenser papel toalha	UND	50
14	Escova dental infantil	UND	1.500
15	Esponja aço inox	UND	200
16	Esponja dupla face	UND	1.000
17	Flanela algodão	UND	400
18	Fralda descartável G (pct 24)	UND	150
19	Fralda descartável GG (pct 24)	UND	200
20	Fralda descartável M (pct 24)	UND	150
21	Fralda descartável XG (pct 24)	UND	200
22	Frasco sabonete líquido 500ml	UND	50
23	Guardanapo 33x30cm (pct 50)	PCT	100
24	Lenço umedecido (sachê 400)	PCT	100
25	Limpador multiuso 500ml	UND	500
26	Lixeira com pedal 100L	UND	60
27	Luva borracha cano longo	PAR	150
28	Luva descartável (cx 100)	CX	20
29	Luva térmica alta temperatura	PAR	40
30	Mop giratório completo	UND	20
31	Pá de lixo galvanizada	UND	50
32	Pano multiuso em rolo	RL	50
33	Papel higiênico fardo c/64	FARDO	800
34	Papel toalha interfolhado (1.000 un)	KIT	100
35	Pinho gel 5L	UND	400
36	Pomada assadura infantil	UND	80
37	Rodo piso cabo madeira	UND	50
38	Sabão em barra 200g	UND	1.000
39	Sabão em pó 1kg	CX	700
40	Sabonete líquido 5L	UND	240
41	Sabonete sólido 90g	UND	700
42	Saboneteira parede 500ml	UND	50
43	Saco de chão alvejado	UND	200
44	Saco estéril coleta alimentos	UND	20.000
45	Saco lixo 15L	UND	6.000
46	Saco lixo reforçado 100L	UND	6.000
47	Saco lixo reforçado 200L	UND	6.000
48	Sacola plástica camiseta 40x50	UND	1.000
49	Toalha de prato algodão	UND	300
50	Toalha de rosto	UND	200
51	Touca descartável TNT (pct 100)	PCT	100
52	Vassoura piaçava	UND	250
53	Vassourinha sanitária	UND	50

Fundamentação dos ajustes aplicados

Os fatores de ajuste consideraram:

- inclusão de Creche, Unidades Escolares, CEDERJ e Conselhos Municipais no atendimento regular;
- funcionamento em múltiplos turnos escolares;
- aumento do fluxo diário de usuários;
- necessidade permanente de manutenção das condições sanitárias adequadas.

Tais variáveis justificam a adequação do consumo histórico à realidade atual da rede municipal, assegurando que a estimativa reflita de forma realista a demanda esperada durante a vigência da Ata.

Conclusão técnica da estimativa

A metodologia adotada permite:

- projeção objetiva da demanda
- redução de riscos de desabastecimento
- prevenção de sobrecontratação
- aderência ao princípio do planejamento (Lei 14.133/2021) garantindo quantitativos compatíveis com o consumo real das unidades atendidas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá assegurar o fornecimento contínuo, adequado e padronizado de materiais de limpeza e higiene destinados à Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, observando-se os seguintes requisitos essenciais:

4.1.1. Adequação ao ambiente escolar e administrativo

Os materiais deverão ser apropriados para uso em ambientes com presença de crianças, adolescentes e servidores públicos, assegurando eficiência de limpeza aliada à segurança sanitária, sem componentes que ofereçam riscos à saúde quando utilizados conforme orientação do fabricante.

4.1.2. Conformidade sanitária e regulatória

Os produtos sujeitos à regulamentação deverão possuir registro, notificação ou isenção junto à ANVISA, bem como atender às normas técnicas e sanitárias vigentes, com identificação de procedência, composição, lote, data de fabricação e validade.

4.1.3. Padronização e compatibilidade técnica

Os itens fornecidos deverão observar as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, garantindo uniformidade de qualidade, desempenho e rendimento, vedadas substituições sem prévia anuência da fiscalização.

4.1.4. Fornecimento contínuo e previsível

A contratada deverá assegurar a reposição regular dos materiais, conforme cronograma ou demandas formalizadas pela Secretaria Municipal de Educação, evitando interrupções no abastecimento das unidades e riscos à manutenção das condições sanitárias.

4.1.5. Capacidade logística

A entrega dos materiais será realizada de forma centralizada, no endereço da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, que ficará responsável pela posterior distribuição às unidades escolares, conforme planejamento interno de consumo.

A adoção do modelo centralizado visa otimizar o controle de recebimento, conferência, armazenamento e fiscalização do fornecimento, garantindo maior eficiência logística e redução de riscos operacionais.

4.1.6. Qualidade das embalagens e acondicionamento

Os produtos deverão ser entregues em embalagens íntegras, resistentes e compatíveis com armazenamento seguro, evitando vazamentos, contaminações ou perdas de material.

4.1.7. Substituição imediata de itens em desconformidade

Materiais que apresentarem defeitos, vencimento inadequado, divergência de especificação ou baixa qualidade deverão ser substituídos prontamente, sem prejuízo à continuidade do serviço.

4.1.8. Controle administrativo do fornecimento

As entregas deverão ser acompanhadas de documentação fiscal e registros de recebimento que permitam o controle de quantidades, qualidade e periodicidade, facilitando a fiscalização do fornecimento.

4.1.9. Racionalidade de consumo e prevenção de desperdícios

O fornecimento deverá observar as quantidades planejadas no ETP, com possibilidade de ajustes conforme a demanda real das unidades, visando eficiência no uso dos recursos públicos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. A solução definida para atendimento da necessidade identificada consiste na aquisição direta e contínua de materiais de limpeza e higiene, por meio de fornecimento de itens de consumo regular, destinados à Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ.
- 5.2. O objeto abrangerá o fornecimento de produtos saneantes, itens de higiene pessoal, utensílios de limpeza, equipamentos auxiliares e materiais descartáveis, todos devidamente especificados no Termo de Referência, de forma a assegurar a higienização adequada de salas de aula, sanitários, cozinhas, refeitórios, áreas comuns e setores administrativos, em conformidade com as exigências sanitárias e operacionais do ambiente escolar.
- 5.3. Os materiais deverão atender rigorosamente às normas legais e sanitárias vigentes, especialmente às regulamentações da ANVISA quando aplicáveis, apresentando registro, identificação de lote, data de fabricação e prazo de validade compatível com o consumo previsto. A qualidade dos produtos deverá ser adequada ao uso intensivo, garantindo eficiência de limpeza aliada à segurança para crianças, estudantes, servidores e demais usuários das unidades.
- 5.4. A solução contempla o fornecimento padronizado dos itens, conforme especificações técnicas mínimas, assegurando uniformidade de desempenho e rendimento, vedadas substituições sem autorização da fiscalização do fornecimento. As embalagens deverão ser íntegras, resistentes e apropriadas ao transporte e armazenamento, evitando perdas, contaminações ou deterioração dos insumos.
- 5.5. A entrega dos materiais será realizada de forma centralizada, exclusivamente no endereço da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, situada na Rua Leontino Felipe Richa, nº 154 – Centro – Cantagalo/RJ, que ficará responsável pela posterior distribuição às unidades escolares e administrativas, conforme planejamento interno de consumo.
- 5.6. A contratada deverá manter estrutura operacional compatível com o volume de fornecimento, responsabilizando-se pela substituição imediata de quaisquer produtos em desconformidade com as especificações, com defeitos, validade inadequada ou qualidade insatisfatória, sem ônus para a Administração.
- 5.7. Todo o fornecimento será acompanhado de documentação fiscal e registros de recebimento, permitindo o controle administrativo, a rastreabilidade dos itens e a fiscalização do cumprimento da Ata de Registro de preços, garantindo transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

- 5.8. Dessa forma, a solução proposta consolida um modelo de fornecimento contínuo, padronizado, seguro e economicamente eficiente, assegurando condições permanentes de higiene e salubridade nas unidades educacionais e administrativas do Município de Cantagalo/RJ, em alinhamento aos princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

- 6.1. Para assegurar que a contratação de materiais de limpeza e higiene atenda de forma eficiente, contínua e economicamente vantajosa às necessidades da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, a Administração deverá adotar, previamente à celebração da Ata de Registro de Preços, as seguintes providências:
- 6.2. Inicialmente, deverá ser promovida a consolidação e validação da estimativa de quantidades, a partir da memória de cálculo elaborada com base no consumo histórico das unidades atendidas, ajustado pelas variáveis operacionais atuais, assegurando que os quantitativos reflitam a demanda real ao longo da vigência da Ata.
- 6.3. Em seguida, impõe-se a definição detalhada das especificações técnicas dos itens, contemplando características de qualidade, composição, volume, segurança sanitária e padrões mínimos de desempenho, de modo a garantir padronização do fornecimento e comparabilidade entre as propostas dos licitantes.
- 6.4. A Administração deverá realizar pesquisa de preços estruturada e atualizada, observando as metodologias previstas na Lei nº 14.133/2021, utilizando fontes confiáveis de mercado, contratações públicas similares e outros referenciais válidos, com o objetivo de apurar valores compatíveis com o mercado e fundamentar a estimativa de valor da contratação.
- 6.5. Deverá ainda ser avaliada, de forma prévia, a existência de Atas de Registro de Preços vigentes compatíveis com o objeto, analisando-se a vantajosidade econômica, a adequação técnica dos itens e a viabilidade jurídica de eventual adesão, como alternativa à realização de procedimento próprio.
- 6.6. Outro aspecto essencial consiste no planejamento logístico de entrega e distribuição, com mapeamento dos pontos de fornecimento, definição da periodicidade de reposição e organização do fluxo de recebimento dos materiais, garantindo abastecimento contínuo das unidades e evitando desabastecimentos.
- 6.7. A Administração deverá proceder à designação formal de fiscais e gestores da Ata de Registro de Preços, com atribuições claras quanto ao acompanhamento do fornecimento, conferência da conformidade dos produtos, controle de quantidades entregues e registro de ocorrências.
- 6.8. Paralelamente, deverão ser estabelecidos procedimentos internos de recebimento, armazenamento e controle de estoque, assegurando rastreabilidade dos insumos, uso racional dos materiais e adequada prestação de contas dos recursos públicos.
- 6.9. Cumpre ainda verificar e assegurar a existência de dotação orçamentária suficiente, compatível com o valor estimado da contratação e com o período de vigência previsto, de modo a garantir a continuidade do fornecimento.
- 6.10. Por fim, a Administração deverá estruturar previamente as cláusulas contratuais essenciais, prevendo prazos de entrega, padrões de qualidade, hipóteses de substituição de produtos em desconformidade, bem como sanções administrativas em caso de descumprimento, além de promover alinhamento interno com as unidades atendidas quanto às rotinas de solicitação e uso dos materiais.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

- 7.1. Para assegurar a plena efetividade da contratação de materiais de limpeza e higiene destinados às unidades educacionais e administrativas da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, identificam-se como correlatas e/ou interdependentes as seguintes contratações, cuja adequada

articulação contribui para a continuidade dos serviços, eficiência operacional e correta aplicação dos recursos públicos.

- 7.2. Destaca-se, inicialmente, a eventual ou existente contratação de serviços de limpeza e conservação predial, uma vez que o desempenho dessas atividades depende diretamente da disponibilidade contínua de insumos adequados. Ainda que a execução ocorra com equipes próprias das unidades, qualquer ampliação, reorganização ou terceirização futura deve considerar a compatibilidade com o fornecimento ora planejado.
- 7.3. Relaciona-se também à presente contratação a aquisição de equipamentos e utensílios de apoio à limpeza, tais como mop profissional, baldes industriais, rodos, vassouras, lixeiras de grande capacidade e demais ferramentas operacionais, os quais potencializam o uso eficiente dos materiais de consumo e contribuem para a melhoria dos padrões de higienização.
- 7.4. Outra contratação interdependente relevante refere-se aos serviços de coleta e gestão de resíduos sólidos, responsáveis pelo recolhimento e destinação adequada do lixo gerado nas unidades escolares e administrativas, cujo volume está diretamente associado ao uso de materiais descartáveis e de limpeza.
- 7.5. Mostra-se ainda correlata a aquisição de mobiliários e estruturas de armazenamento, como estantes, armários e depósitos apropriados, destinados ao correto acondicionamento dos produtos de limpeza, prevenindo perdas por deterioração, contaminação ou uso inadequado.
- 7.6. Por fim, contribui para a eficiência desta contratação a utilização de sistemas de controle de almoxarifado e consumo, que permitam o registro de entradas, saídas e distribuição dos materiais às unidades, fortalecendo o planejamento, a rastreabilidade e o controle administrativo dos insumos.
- 7.7. Dessa forma, embora a contratação de materiais de limpeza possua objeto próprio e autonomia operacional, sua plena efetividade encontra-se diretamente vinculada à adequada articulação com essas contratações correlatas, devendo ser consideradas no planejamento global da Administração para garantir continuidade dos serviços públicos, eficiência na execução e racionalidade na utilização dos recursos.

8. SUSTENTABILIDADE

- 8.1. A contratação de materiais de limpeza e higiene destinada às unidades educacionais e administrativas da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ apresenta relevantes vantagens sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental, ao contribuir diretamente para a promoção da saúde coletiva, melhoria das condições de trabalho e aprendizagem, bem como para a adoção de práticas de consumo mais responsáveis no âmbito da Administração Pública.
- 8.2. Como principal vantagem socioambiental, destaca-se a garantia de ambientes escolares e administrativos higienizados e salubres, reduzindo a propagação de doenças, protegendo a integridade física de crianças, estudantes, servidores e usuários dos serviços públicos, e promovendo qualidade de vida no espaço educacional. Tal condição impacta positivamente o desempenho escolar, a frequência dos alunos e a segurança sanitária da comunidade.
- 8.3. Adicionalmente, a contratação estruturada e planejada possibilita a padronização de produtos de menor impacto ambiental, favorecendo o uso de saneantes biodegradáveis, embalagens recicláveis e insumos com maior rendimento, o que reduz o consumo excessivo de recursos naturais e a geração de resíduos sólidos.
- 8.4. No que se refere aos impactos ambientais pertinentes, observa-se principalmente a geração de resíduos plásticos provenientes de embalagens de produtos de limpeza, o aumento do volume de resíduos descartáveis (papeléis, sacos de lixo, itens de uso único) e o potencial impacto de substâncias químicas no meio ambiente quando descartadas de forma inadequada. Há ainda consumo indireto de recursos naturais relacionados à produção, transporte e armazenamento dos materiais.
- 8.5. Como medidas mitigadoras, a Administração deverá priorizar, sempre que possível, a aquisição de produtos com fórmulas biodegradáveis ou de menor agressividade ambiental, exigir embalagens recicláveis ou em volumes maiores que reduzam o descarte frequente, e incentivar práticas de separação e destinação correta de resíduos, em alinhamento à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- 8.6. Poderá ser estimulada, quando aplicável, a logística reversa de embalagens e materiais reaproveitáveis, em especial recipientes plásticos rígidos, papelão e outros resíduos passíveis de reciclagem, mediante orientação às unidades escolares para segregação adequada e destinação ambientalmente responsável.
- 8.7. Outra medida mitigadora relevante consiste no controle racional do consumo, por meio de registros de uso, planejamento de reposição e capacitação dos usuários quanto ao uso adequado dos produtos, reduzindo desperdícios e minimizando impactos ambientais.
- 8.8. Dessa forma, a contratação alia a necessidade operacional de manutenção das condições sanitárias das unidades públicas a práticas sustentáveis, promovendo benefícios sociais diretos e mitigando os impactos ambientais inerentes ao consumo de materiais, em consonância com os princípios da sustentabilidade, eficiência e responsabilidade socioambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 9.1. A presente contratação de materiais de limpeza e higiene tem como objetivo produzir resultados concretos que assegurem a eficiência da gestão pública, a continuidade dos serviços educacionais e o uso racional dos recursos disponíveis, em consonância com os princípios do planejamento, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. Em termos de economicidade, espera-se que a aquisição estruturada e padronizada dos insumos, por meio de procedimento competitivo e com estimativas fundamentadas em consumo real, proporcione a obtenção de preços mais vantajosos em relação a compras fragmentadas ou emergenciais. A consolidação da demanda da Creche, Unidades Escolares, polo CEDERJ e Conselhos Municipais permite ganhos de escala, redução de custos unitários e maior previsibilidade orçamentária, evitando desperdícios e sobrecontratações.
- 9.3. Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação contínua e organizada de materiais de limpeza assegura que as equipes responsáveis pela higienização das unidades possam desempenhar suas atividades de forma eficiente e ininterrupta, sem perda de tempo com improvisações, busca de insumos em caráter emergencial ou paralisações por falta de materiais. Isso contribui para maior produtividade, organização das rotinas de trabalho e melhoria das condições laborais.
- 9.4. No que se refere ao uso racional dos recursos materiais, a padronização dos produtos e o controle de consumo possibilitam maior rendimento dos insumos, redução de perdas por vencimento, armazenamento inadequado ou uso excessivo, além de facilitar o planejamento de reposições conforme a demanda real das unidades atendidas.
- 9.5. Sob a ótica dos recursos financeiros, a contratação planejada permite melhor programação orçamentária, redução de gastos extraordinários, maior transparência na aplicação dos recursos públicos e fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização, assegurando que os valores despendidos estejam diretamente vinculados às necessidades efetivas do serviço público.
- 9.6. Como resultado final, pretende-se garantir ambientes educacionais e administrativos permanentemente limpos e salubres, com custos controlados, maior eficiência operacional e otimização dos recursos públicos, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e a sustentabilidade da gestão pública municipal.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada com base em pesquisa realizada por meio da plataforma Banco de Preços, que consolida informações extraídas de contratações públicas efetivamente homologadas em órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, utilizando como fontes oficiais o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Compras.gov.br, portais de transparência de entes públicos e sistemas governamentais de compras.
- 1.1. Os valores obtidos refletem preços praticados recentemente pela Administração Pública para objetos equivalentes, garantindo aderência ao mercado público e observância às metodologias previstas na Instrução Normativa nº 65/2021, especialmente quanto à utilização de média aritmética e mediana como parâmetros de referência, totalizando o valor total estimado de R\$ 250.409,75 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e nove reais e setenta e cinco centavos).

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO

- 11.1. A análise quanto à forma de parcelamento do objeto da presente contratação foi realizada à luz do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, a estrutura do mercado fornecedor, a economicidade, a ampliação da competitividade e a eficiência na gestão da Ata.
- 11.2. No que se refere ao parcelamento material do objeto, conclui-se pela sua viabilidade e adequação, tendo em vista que a contratação abrange diversos itens distintos de materiais de limpeza e higiene, com características, finalidades e padrões de consumo próprios. O fracionamento por itens permite ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores de diferentes portes e especializações, além de propiciar maior vantajosidade econômica por meio da disputa individualizada de preços. Ademais, o parcelamento material reduz riscos de desabastecimento, uma vez que eventual inadimplência em determinado item não compromete o fornecimento integral do objeto, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos.
- 11.3. Quanto ao parcelamento formal do objeto, entende-se igualmente como tecnicamente adequado, considerando que os materiais possuem natureza de consumo contínuo e demanda recorrente ao longo do exercício, o que justifica a adoção de fornecimento parcelado no tempo, por meio de entregas periódicas ou sob demanda, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação. Tal medida permite melhor gestão de estoque, evita perdas por vencimento ou deterioração dos produtos, assegura maior controle do consumo real das unidades atendidas e favorece a adequação do desembolso financeiro ao fluxo orçamentário da Administração.

12. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- 12.1. A forma de seleção do fornecedor definida para a presente contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) tendo como critério de julgamento o menor preço por item, nos termos dos arts. 6º, inciso XLV, 28, inciso I, 32 e 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.
- 12.2. A utilização do pregão eletrônico mostra-se adequada considerando que os materiais de limpeza e higiene possuem especificações padronizadas, ampla oferta no mercado e possibilidade de julgamento objetivo das propostas, viabilizando a ampla competitividade entre fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 12.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se tecnicamente recomendável em razão da natureza contínua e recorrente da demanda, bem como da necessidade de fornecimento parcelado ao longo do período, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Tal sistema permite maior flexibilidade no atendimento das unidades, evita formação excessiva de estoques, reduz riscos de perdas por vencimento e assegura melhor gestão orçamentária, mediante contratações conforme a real necessidade da Administração.
- 12.4. Além disso, o SRP contribui para a economicidade e eficiência, ao possibilitar ganho de escala, manutenção de preços registrados por período determinado e realização de múltiplas aquisições sem necessidade de repetição de procedimentos licitatórios, em consonância com os princípios do planejamento e da eficiência administrativa previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.5. Dessa forma, a combinação do pregão eletrônico com o Sistema de Registro de Preços tendo como critério de julgamento o menor preço por item, apresenta-se como a solução mais adequada para a seleção do fornecedor, garantindo competitividade, transparência, economicidade e continuidade do fornecimento dos materiais de limpeza, atendendo plenamente às exigências legais e às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

- 13.1. A partir das análises desenvolvidas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade e adequação da contratação de materiais de limpeza e higiene para atendimento da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, como solução necessária e compatível com o interesse público.

- 13.2. A necessidade da contratação restou devidamente caracterizada diante da demanda contínua e essencial por insumos destinados à manutenção das condições sanitárias adequadas dos ambientes educacionais e administrativos, considerando o elevado fluxo diário de usuários, a presença de crianças e adolescentes e os riscos à saúde coletiva decorrentes da insuficiência de higienização. A ausência desses materiais comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos educacionais e a segurança da comunidade escolar.
- 13.3. Diante desse conjunto dos elementos — necessidade pública comprovada, mercado fornecedor adequado, solução técnica eficiente, preços compatíveis e mitigação de riscos — posiciona-se este Estudo Técnico Preliminar de forma favorável à realização da contratação, por se mostrar plenamente viável, adequada e indispensável ao atendimento da finalidade a que se destina, assegurando a manutenção das condições sanitárias das unidades e a qualidade dos serviços educacionais prestados à população.

Cantagalo/RJ, 18 de março de 2026.

Rosy Paula Coelho do Couto
Matrícula n.º 205081/1

Setor de Licitações

Anexo II

Processo Administrativo nº 1061/2026

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

O MUNICÍPIO DE CANTAGALO, pela **<Órgão / Unidade>**, com sede na **<Endereço órgão/unidade>**, neste ato representada pelo(a) **<cargo e nome>**, portador da Identidade Funcional nº **<nº matrícula>**, considerando o resultado da licitação nº **<nº /ano da licitação>**, publicada no **<local publicação>** **<data publicação>** para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº **<nº processo>**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº **90040/2026**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 4.131, de 20 de março de 2024, e nos demais normativos municipais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, classificados como bens comuns, destinados ao atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, visando assegurar condições adequadas de higienização, salubridade e conservação dos ambientes educacionais e administrativos, conforme especificado(s) no(s) item(ns) <itens> do Termo de Referência, anexo do [edital de Licitação nº ____/202_] que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máxima de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor: <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>			
	Especificação	U/C	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preço.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Setor de Licitações

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Setor de Licitações

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Setor de Licitações

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a

Setor de Licitações

conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as

Setor de Licitações

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Setor de Licitações

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 21% (vinte um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 16% (dezesesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

10.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 16% (dezesesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

10.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

10.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

10.3. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Setor de Licitações

10.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10.15. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.16. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.17. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

Setor de Licitações

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Setor de Licitações

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>	
	Especificação	Percentual de Desconto Ofertado
X	XXXXXXXXXX	X%

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>	
	Especificação	Percentual de Desconto Ofertado
X	XXXXXXXXXX	X%

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de Cantagalo, por meio da Secretaria Municipal de Educação e a empresa <nome da sociedade empresaria contratada>.

Aos dias <dia> do mês de <mês> do ano de <ano>, na <endereço do órgão contratante>, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do <órgão da Administração Direta>, ou a(o) <entidade da Administração Indireta>, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo <autoridade administrativa competente para firmar o contrato>, e a <nome da sociedade empresaria contratada>, estabelecida na <endereço da sociedade CONTRATADA>, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº <nº CNPJ>, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por <representante da sociedade CONTRATADA>, tendo em vista o que consta no Processo nº **[nº processo]** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>** - Pregão Eletrônico nº 90040/2026, Processo Administrativo nº **<nº processo administrativo>**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de limpeza e higiene, classificados como bens comuns, destinados ao atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, visando assegurar condições adequadas de higienização, salubridade e conservação dos ambientes educacionais e administrativos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, que serão fornecidos nas condições estabelecidas no Edital do pregão **<nº pregão>** e na Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>**:

DESCRIÇÃO	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação
- 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX**

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O preço contratado compreende todos os custos necessários ao serviço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à CONTRATADA além do valor ora estipulado;

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. As demais garantias se encontram descritas no item 5 do Termo de Referência.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.3. Multa:

11.2.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

11.2.3.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 16% (dezesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.3.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 16% (dezesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.3.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX**

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX**

ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da o foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Setor de Licitações

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026

À

Prefeitura Municipal de Cantagalo

Ref. Pregão Eletrônico nº 90040/2026.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, classificados como bens comuns, destinados ao atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, visando assegurar condições adequadas de higienização, salubridade e conservação dos ambientes educacionais e administrativos.

Prezados Senhores

Apresentamos, a seguir, nossa proposta elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de licitação em referência.

Item	Descrição/Especificação	U / C	Quant	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
01	Água sanitária com ação alvejante, desinfetante e bactericida 01 litro – composição: hipoclorito de sódio, teor de cloro de 2,0% a 2,5% p/p – produto a base de cloro ph: 11,5 a 13,0 (a 25%). Densidade: 1,030 a 1.045 g/ml (solução com 2,5% cloro livre a 25%.própria para desinfecção de hortifrutícolas (frutas, legumes e verduras)	L	150		
02	Alcool etílico líquido hidratado 70% inpm (77% v/v) - com ação antisséptica etílico, com eliminação de 99,9% das bactérias, com frasco de 1 litro.	L	1.000		
03	Balde, material plástico resistente, capacidade 20 litros, características adicionais com alça reforçada.	Unid	100		
04	Bobina plástica picotada: saco plástico, transparente, liso, alta densidade. Atóxico e inodoro. Dimensão aproximada de 30 x 40cm apresentação em bobina tubular com aproximadamente 700 unidades cada bobina.	Unid	20		
05	Borrifador de plástico 500ml - possuindo gatilho ergonômico, bico com jato regulável (névoa ou direto) e capacidade para 500ml, sendo confeccionado em material plástico resistente, transparente ou colorido, com aproximadamente 23 a 26cm de altura.	Unid	70		
06	Bota de pvc cano longo, impermeável, de uso profissional, com interior forrado, produto leve, resistente de solado antiderrapante, na cor branca, numeração de 36 a 43.	Par	70		
07	Cesto de lixo 15 litros em polipropileno, na cor preta	Unid	50		
08	Cloro embalagem 5 litros (hipoclorito de sódio a 5%)	Unid	600		
09	Compressa de gaze 100 algodão 7.5x7.5 - 9 fios 8 camadas c/ 5 dobras pacote c/ 500 unidades	Pct	10		

Setor de Licitações

10	Creme dental com fluor, embalagem com 90g. Com 1.100 ppm	Unid	250		
11	Desinfetante – ação bactericida, germicida e higienizadora para uso geral - embalagem de 5 litros, ideal para diluição e uso prolongado.	Unid	600		
12	Detergente – concentrado para limpeza geral - embalagem 5 litros.	Unid	600		
13	Dispenser papel toalha, material plástico, tipo interfolha, cor branca: características adicionais: viso e chave. Dimensões 28,5 x 25,5 x 14 cm	Unid	50		
14	Escova dental infantil reta cerdas macias, aparadas uniformemente e arredondadas na mesma altura, medindo aproximadamente 15 cm, anatômico, embalada individualmente em saquinho plasticolacrado.	Unid	1.500		
15	Esponja de aço inox para limpeza; material: lã de aço, feita de filamento de aço inox, formato anatômico abreviada mínima, aplicação em superfícies difíceis de remoção de sujeiras, limpeza pesada de uso geral.	Unid	200		
16	Esponja dupla face multi-uso, medidas mínimas de 100x71x20mm, bicolor: lado com fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado de esponja macia para limpeza mais delicada.	Unid	1.000		
17	Flanela de limpeza, algodao medindo 60 cm x 40 cm com bainha.	Unid	400		
18	Fralda descartável infantil G pct c/ 34 unidades, entre 9 e 12,5 kg. Composição:celulose ,polímero superabsorvente ,não tecido de polipropileno - pp,filme de polietileno-pe, adesivo termoplástica, fita para fechamento reposicionável e fios de elastômero, com sistema de barreira anti-vazamento, camada interna macia e hipoalergênica. Com certificação da anvisa.	Unid	150		
19	Fralda descartável infantil GG pct c/ 72 unidades, entre 12,5 a 13 kg. Composição:celulose ,polímero superabsorvente ,não tecido de polipropileno - pp,filme 7 polietileno-pe, de adesivo termoplástico ,fita para fechamento reposicionável e fios de elastômero, com sistema de barreira anti-vazamento, camada interna macia e hipoalergênica. Com certificação da anvisa	Unid	200		
20	Fralda descartável infantil M pct c/ 28 unidades, entre 5 a 9 kg. Composição:celulose ,polímero superabsorvente ,não tecido de polipropileno -pp, filme de polietileno-pe, adesivo termoplástico ,fita para fechamento reposicionável e fios de elastômero, com sistema de barreira anti-vazamento, camada interna macia e hipoalergênica. Com certificação da anvisa	Unid	150		

Setor de Licitações

21	Fralda descartável infantil XXG pct c/ 72 unidades, entre 12kg a 15 kg ou mais. Composição:celulose ,polímero superabsorvente ,não tecido de polipropileno -pp,filme 7 polietileno-pe, de adesivo termoplástico ,fita para fechamento reposicionável e fios de elastômero, com sistema de barreira anti-vazamento, camada interna macia e hipoalergênica. Com certificação da anvisa	Unid	200		
22	Frasco para sabonete líquido com 500 ml e válvula pump. Material do frasco: pet (material atóxico, reciclável e resistente). Material da válvula: polipropileno (pp).	Unid	35		
23	Guardanapo branco 33 x 30 cm, 100% celulose, grande capacidade absorção, pacote com 50 unidades	Pct	100		
24	Lenço umidecido sache com 400 unidades, material não tecido, dimensão cerca de 15 x 20cm, componentes com emoliente, insento de álcool, características adicional hipoalergênico, tipo uso descartável, uso infantil.	Pct	100		
25	Limpador multiuso 500 ml, para a limpeza diária, ideal para desengordurar, desinfetar e limpar diversas superfícies,	Unid	500		
26	Lixeira com pedal. Fabricada em polietileno de alta densidade (pead) ou polipropileno (pp), com 100 litros de capacidade, na cor branca.	Unid	50		
27	Luva borracha látex grossa cano longo, antiderrapante para limpeza pesada. Tamanho: m/g/gg	Par	150		
28	Luva látex procedimento cirúrgico descartável com 100 unidades a caixa.tamanho:p/m/g/gg.	Cx	20		
29	Luva térmica para alta temperatura, com c.a. válido, confeccionada em material com resistência térmica como aramida (meta.aramida/para-aramida) grafares ou kevlar. Baixa condutividade térmica e propriedades antiestáticas, impermeável a água, óleo e vapor. Modelo com 5 dedos e comprimento mínimo de 50 cm.	Par	40		
30	Mop giratório limpeza pesada com balde cabo de no mínimo 1,60 mt, com giro 180°; esfregão limpador de microfibra com no mínimo 2 refis; balde de no mínimo 16 litros, com rodas e cesto removível de centrifugação em aço inox com giro 360°.	Unid	20		
31	Pa de lixo em chapa galvanizada. Medindo no mínimo 21 x 21 cm, cabo de madeira medindo no mínimo 80 cm	Unid	50		
32	Pano multiulso, limpeza lavável e reutilizável, constituído de 95% fibra de viscose e 5% fibra de poliéster, rolo contendo folhas de 30 cm x 200m com picotes em embalagem com aproximadamente 100 uniddaes, gramatura 60 grasmas 9g/m²	RI	50		

Setor de Licitações

33	Papel higienico fardos c/ 64 unidades branco, folha dupla, picotado, neutro e delicado, rolo com 30 metros.	Frd	800		
34	Papel toalha, interfolhado, 02 dobras, cor branca, sem odor, textura com relevo sensível ao tato(gofrado), largura mínima 21cm e comprimento mínimo 23cm e máximo 27cm. Kit com 1.000 unidades.	Kit	100		
35	Pinho gel - fórmula concentrada para uso geral, embalagem: galão com 5lt.	Unid	400		
36	Pomada para assadura uso infantil, composição, palmitado de reitol 5.000ui/g, colecalciferol 900ui/g, e óxido de zinco 150mg/g, excipiente 1,0g, acondicionado em tubos com no mínimo 45 gramas.	Unid	80		
37	Rodo piso cabo de madeira com lâmina de borracha, base da lâmina de borracha, 60 milímetros.	Unid	50		
38	Sabao em barra com glicerina. Barra com 200 gr.	Unid	1.000		
39	Sabao em pó- embalagem com 1kg.	Cx	700		
40	Sabonete em barra para higiene pessoal, de excelente qualidade, tipo suave, peso líquido de 90g. Embalado individualmente em papel resistente com protetor interno, apresentando aroma agradável (tipo erva doce, neutro ou lavanda). Deve ser registrado no ministério da saúde/anvisa.	Unid	700		
41	Sabonete liquido embalagem 5 litros - sem cheiro ou aroma, ph neutro. Aspecto fisico viscoso, antisseptico, para higienização e hidratação das mãos.a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto, marca, químico responsável, indicação e precaução do uso, número do lote, composição, data da fabricação e prazo de validade, registro nos órgãos obrigatórios e competentes.	Unid	240		
42	Saboneteira , material suporte plástico, reservatório plástico, capacidade 500 ml, tipo fixação na parede para uso de sabão líquido.	Unid	50		
43	Saco de chao alvejado – composto por algodão medida aproximada 30 x 55 cm cor branco.	Unid	200		
44	Saco de lixo 15 l para lixo; capacidade nominal 15 litros; para resíduo do grupo, conforme norma técnica da slu, abnt e legislação vigente - dimensões 39 cm x 58 cm.	Unid	6.000		
45	Saco estéril para coleta de amostras de alimentos, com tarja de identificação branca e sistema de fechamento tipo “ziplock) conforme exigência da anvisa, na lei complementar rdc 216, com gramatura: 0,06 mm, em plástico estéril, medidas mínimas 12cm x 25 cm.	Unid	20.000		

Setor de Licitações

46	Saco reforçado para lixo cor preta, polietileno, capacidade: 100 litros	Unid	6.000		
47	Saco reforçado para lixo cor preta, polietileno, capacidade: 200 litros	Unid	6.000		
48	Sacola plastica - modelo camiseta, tamanho 40 x 50, fabricada em polietileno de alta densidade (pead), na cor preta.	Unid	1.000		
49	Toalha de prato com bainha, medindo 50 cm x 30 cm. Características adicionais: material 100 % algodão, na cor branca	Unid	300		
50	Toalha de rosto, branca, medida minima 47x70cm 100% algodao.	Unid	200		
51	Touca descartável tnt, c/ elástico duplo sanfonada cor branca, pct c/ 100 unidades. Produto 100% polietileno, elastico duplo no acabamento; sanfonada descartável para uso único; oferece segurança e proteção contra a queda de cabelos e contaminação cruzada.pacote c/ 100 unid. Reg. Anvisa. Validade superior a 24 meses no ato da entrega.	Pct	100		
52	Vassoura piacava, com tucho de piacava em base de madeira cabo de madeira, base 34 furos comprimento 235mm largura 75mm piaçava comprimento 170mm cabo de comprimento 1,20 metros.	Unid	250		
53	Vassourinha, piacava; aplicacao: limpeza desanitario; formato redondo; cabo de madeira; virola de aço envolvendo a piaçava; argola - diâmetro (mm) 60, piaçava - comprimento (mm):120.	Unid	50		
Total (.....)				R\$	

VALIDADE DA PROPOSTA:(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do produto; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

(Local), de de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, assinatura)

Setor de Licitações

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90040/2026

Processo: 1061/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, classificados como bens comuns, destinados ao atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, visando assegurar condições adequadas de higienização, salubridade e conservação dos ambientes educacionais e administrativos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Representante Legal devidamente qualificado) da (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo), DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

- a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos;
- b) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Não possui em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

Proc: _____ Fls: _____

Ass: _____

Setor de Licitações

- f) Até a presente data não possui fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, pela administração, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- g) Tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.
- h) Teve acesso a todos os documentos que compõem o Edital e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o execução da obra, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão Eletrônico, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

_____, em ____ de _____ 2026.

(representante legal).

Setor de Licitações

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIADA PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90040/2026

Processo: 1061/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, classificados como bens comuns, destinados ao atendimento contínuo da Creche Municipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, polo CEDERJ e Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, visando assegurar condições adequadas de higienização, salubridade e conservação dos ambientes educacionais e administrativos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)xxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxx do CPF nº xxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021 .

_____, em ____ de _____ 2026.

(representante legal).

Setor de licitações

ANEXO VII

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo VIII).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Ata de Registro de Preços;

3.1.7 Cientificar a Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Setor de licitações

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

3.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Executar o objeto da contratação obedecendo às especificações constantes deste instrumento substitutivo ao contrato, da Ata de Registro de Preços nº...../2026, Edital de Pregão nº 900xx/26 e seus Anexos que o precederam e que o integram, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.7 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Setor de licitações

- 4.1.8 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.9 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.10 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.15 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.18 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

Setor de licitações

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Setor de licitações

8. FORO

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cantagalo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



Setor de licitações

ANEXO VIII
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital e Anexos, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90040/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.